

RESENHA DE – “OS BESTIALIZADOS: O Rio de Janeiro e a República que não foi” de, José Murilo de Carvalho

AZEVEDO, Fernanda Freitas de Oliveira¹

Capítulo I – O Rio de Janeiro e a República (p. 15-41)

O autor destaca de início, a fala de Aristides Lobo (p. 9), o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar. Tratava-se da primeira grande mudança de regime político após a independência, era o momento de transição do Império para a República.

O Rio de Janeiro, passava por grandes transformações econômica, social, política e cultural, principalmente por ser no período a capital e, portanto, a maior cidade do país. A primeira das mudanças foi o aumento populacional, provocado por um êxodo proveniente da região cafeeira e aumento na imigração, especialmente dos portugueses, com alto índice de crescimento populacional. A intensa imigração, também gerou desequilíbrio entre os sexos, atingindo o dobro de homens em relação às mulheres.

Outra consequência demográfica, foi o acúmulo de pessoas mal remuneradas ou sem ocupação fixa, o que aumentava, por consequência o número de menores abandonados. Esse impacto, desarmonizava a sociedade, que não acompanhava o crescimento demográfico em equilíbrio com o desenvolvimento, econômico, político, social e cultural.

Contudo, as atribulações surgiam também de forma econômico-financeira, fazendo retomar esses efeitos, à causa da abolição da escravidão. Daí o surgimento da demanda real de moeda para o pagamento de salários, fazendo com que o governo imperial emitisse dinheiro, abarrotando o Rio de dinheiro sem lastro, ou sua garantia em ouro, dando, por conseguinte, origem à chamada febre especulativa. O início da República, versava em uma autêntica república de banqueiros que buscavam o enriquecimento a qualquer custo.

Todavia, o aumento do custo de vida vinha se agravando em função da imigração, que aumentava a oferta de mão-de-obra e escasseava ainda mais os empregos disponíveis.

A política, também foi relevante nas transformações sofridas pelo Rio de Janeiro. Embora as expectativas de renovação fossem grandes, pois tudo que se passava, por menor que fosse o

¹ Acadêmica do Curso de Engenharia Civil pela Faculdade ISEIB/PROMINAS em Montes Claros, MG, pesquisa desenvolvida em 2016.

acontecimento, tornava-se relevante em vista da importância da cidade do Rio, no período de transição. Os militares, controlando o poder julgavam-se donos e salvadores da República. Os operários, acreditavam nas promessas do novo regime e tentaram organizar-se em partidos, promovendo greves políticas ou por motivos de poder aquisitivo erodido pela inflação. Os jacobinos mantiveram um clima generalizado de tensão política durante a campanha de canudos no governo de Prudente de Moraes. Políticos republicanos e monarquistas assinavam manifestos, envolvendo-se em conspirações e planejamentos de golpes.

O setor mais comprimido pela República, talvez tenha sido o dos capoeiras. Perseguidos pelo chefe de polícia, presos e deportados para Fernando de Noronha. Não houve, também, tolerância para os anarquistas estrangeiros, sendo expulsos muitos deles, num total de 76, sendo 36 por crimes políticos e outros por anarquismos. Algumas idéias circulavam entre os intelectuais, alguns do antigo movimento abolicionista, como José do Patrocínio e outros movidos pela ação política concreta como: Olavo Bilac, Luiz Murat, Pardal Mallet. Estes, enviaram manifesto de apoio ao governo provisório referindo-se à aliança entre os homens de letra e o povo, o que durou até o governo de Floriano Peixoto, até o cisma entre os intelectuais, e alguns dos antigos entusiastas da República que fugiram da capital evitando prisão. Tais acontecimentos se deram em função da liberação da imprensa a despeito da ação moralista de certas autoridades republicanas que se viam atacados nas escritas. Mas o fato do favorecimento do grande jogo da bolsa e perseguição dos capoeiras e o pequeno jogo dos bicheiros sugere uma recepção diferente do novo regime por parte do que poderia ser chamado de proletariado da capital. A euforia inicial, a sensação de que se abriam caminhos novos de participação parecem não ter atingido este setor da população. A simpatia popular se dirigia não só à princesa Isabel, mas também a Pedro II, por ocasião da comemoração do aniversário do velho imperador.

Também a população negra se manifestou em reação negativa, antes mesmo da proclamação, através da Guarda negra organizada por José do Patrocínio.

Em termos concretos, a prevenção republicana contra pobres e negros manifestou-se na perseguição movida por Sampaio Ferraz contra os capoeiras, na luta contra os bicheiros, na destruição, pelo prefeito florianista Barata Ribeiro, do mais famoso cortiço do Rio, a Cabeça de Porco.

A maneira indireta de neutralizar a capital e as forças que nela se agitavam era fortalecer os estados, pacificando e cooptando suas oligarquias, reunindo-as em torno de um arranjo que garantisse seu domínio local e sua participação no poder nacional de acordo com o cacife político de cada uma. O próprio presidente resumiu claramente seu objetivo: "É de lá [dos

estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da união"... Ou seja, governar o país por cima do tumulto das multidões. A percepção do perigo representado por uma cidade deliberante, com um mínimo que fosse de vontade própria, fez-se sentir logo no início da República.

A situação do governo municipal não mudou muito com a decretação da Lei orgânica do Distrito Federal em 1892. O governo municipal ficou limitado à ação administrativa e, dependente do apoio político e financeiro do governo federal. Dissociava-se, então, o governo municipal da representação dos cidadãos. O fato era agravado pela freqüente nomeação de prefeitos e chefes de polícias totalmente alheios à vida da cidade. O que abria caminhos para o autoritarismo. O positivismo, ou certa leitura positivista da República, que enfatizava, de um lado a idéia do progresso pela ciência e, de outro o conceito de ditadura republicana, contribuía para o reforço da postura tecnocrata e autoritária. O primeiro exemplo de tal mentalidade foi o Código de Posturas Municipais de 1890 conforme estabelece CARVALHO (p. 35). O código tinha medidas bem intencionadas em função da população, que concernia maior conforto e maior higiene, mas criava dificuldades aos proprietários. Além disso, deixava transparecer a preocupação republicana com o controle da população marginal da cidade. O rio possuía, em 1888, 1331 estalagens e 18.866 quartos de aluguel que comportavam 46.680 pessoas, incluindo o contingente desordeiro.

A expectativa inicial gerada pela república, foi sendo sistematicamente frustrada. No que se refere à representação municipal, ficava solta, sem ter de prestar contas a um eleitorado autêntico, abrindo precedentes para o campo dos arranjos particularistas e corporativistas. No entanto ainda havia a participação popular, que passava distante do mundo oficial da política.

Domesticada politicamente pela consolidação do sistema oligárquico, à cidade pôde ser dado o papel de cartão postal da República. E esse brilho se expressou em fórmulas européias.

As finanças foram recuperadas pela política deflacionista de Campos Sales, sobrando recursos para obras já planejadas de saneamento e embelezamento da cidade, que tendo Paris como modelo, buscou modificar o centro da cidade, com avenidas beira-mar, reforma de jardins, bondes com tração elétrica etc. As reformas tiveram como efeito a redução da promiscuidade social em que vivia. Abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques. Mas, se o novo Rio criado pela República aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas continuaram a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais.

Dessa forma, o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobreterrâneo da cultura das elites — Diz Carvalho (p. 41), quando surgiram as primeiras identidades coletivas da cidade, apresentadas pela materialização do carnaval e do futebol.

Capítulo II – República e Cidadania (p. 42-65)

Carvalho (p. 42), inicia o capítulo retomando o movimento de idéias européias no Brasil, na transição do Império para a República, principalmente no Rio de Janeiro. Mas o espírito dominante estava na tentativa de domínio das finanças.

O ordenamento social e político, o liberalismo já havia sido implantado pelo regime imperial. A Constituição em 1824, a Lei de Terras em 1850, a Lei de Sociedades Anônimas em 1882. O espírito das mudanças eleitorais republicanas era o mesmo de 1881 com o exercício da eleição direta. Pois era antes do direito, uma função social, concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação.

A Constituição de 1891 também retirou um dispositivo da anterior que se referia à obrigação do Estado de promover os socorros públicos, em outra indicação enrijecimento da ortodoxia liberal em detrimento dos direitos sociais. O Código Criminal de 1890 teve a mesma Inspiração, tentando proibir as greves e coligações operárias, em descompasso com as correções que já se faziam na Europa. Os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos, mas a propaganda republicana prometera muito mais, criando expectativas advindas de promessas democratizantes feitas nos comícios.

O radicalismo de Silva Jardim incomodava a maioria no partido, levando ao rompimento com a direção partidária. Silva Jardim, conforme relata Carvalho (p.47), embasado pela simbologia da ação, introduzira uma concepção de cidadania que se aproximava do moderado rousseaniano: "a visão do povo como entidade abstrata e homogênea, falando com uma só voz, defendendo os mesmos interesses comuns". Era, portanto uma visão contratual que diferia da concepção contratualista lokeano.

Além dos propagandistas civis, conservadores e radicais, outro grupo se salientou na propagando do novo regime, foi o dos militares, pela insatisfação existente entre os oficiais do Exército. A relação entre cidadão e soldado foi e continua sendo complicada. Na luta contra o absolutismo, um ponto importante era tirar da nobreza o monopólio das armas e dar ao cidadão o direito de armar-se para defender seus interesses. A contradição apresentada na posição militar, levou ao desenvolvimento de uma ideologia na qual o Exército se identificava com o povo. Foi talvez o republicano Raul Pompéia o primeiro a propor esta formulação por ocasião de um dentre os muitos atritos entre o governo e o Exército nos últimos anos de

Monarquia. Tratava-se de uma ideologia do oficialato republicano e dos civis que o apoiavam. O soldado, por exemplo, publicado no Rio em 1881, defendia o direito da classe militar de se representar perante a nação e de tomar parte na administração do Estado. O jornal *O Soldado*, embora dirigido às praças, era redigido por um alferes honorário do Exército, e os operários a que se refere *Revolução* eram sem dúvida os operários do Estado.

Logo após a proclamação, houve tentativas de organizações políticas. A primeira tentativa deveu-se aos positivistas, reunidos por Teixeira Mendes com 400 operários da União, quando redigiram documento com bases ideológicas de integração do proletariado à sociedade. Foram sérias as conseqüências da ação positivista para a construção da nova cidadania.

A rigidez do sistema republicano em permitir a ampliação da cidadania, fez com que o encanto inicial com a República rapidamente se esvaísse e desse origem à decepção e ao desânimo.

Diz Carvalho (p. 56), parecer ter sido o Jornal *O Despertar*, o primeiro anarquista do Rio, revelando individualismo e espontaneísmo extremados, rejeitando até mesmo a organização da propaganda. Embora todos se dissessem anarquistas ou libertários, havia algumas nuances importantes entre eles: de um lado os anarquistas comunistas e, de outro, os anarquistas individualistas.

Por ocasião do Congresso Operário Regional Brasileiro em 1906, deram-se encontros entre anarquistas e socialistas. O operário, segundo Benjamin Mota, deveria "abandonar de todo e para sempre a luta parlamentar e política", o voto era uma burla e, ao recusa-lo, o operário poderia também recusar o tributo do sangue (serviço militar) e outros tributos. Em 1907 era aprovada a Lei Adolfo Gordo, lei de expulsão. A reação antipátria ficou mais nítida nas campanhas contra a guerra e contra o serviço militar obrigatório.

Concluindo, o início da República de nascimento a várias concepções de cidadania, nem sempre compatíveis entre si. O setor vitorioso da elite civil republicana ateve-se ao conceito liberal de cidadania. Os anarquistas negavam legitimidade à ordem política não admitindo a idéia de cidadania, a não ser no sentido amplo de fraternidade universal. O período era de domínio de poder pelo corporativismo, pelos interesses particulares e troca de favores.

Aluna: Jussara Caldeira Pádua

Capítulo III – Cidadãos Inativos: A Abstenção Eleitoral (p. 65-90)

As insatisfações com o passado e as incertezas dos rumos futuros, provocavam conflitos ideológicos quanto à proposta de cidadania. Isso era visível pelo testemunho de contemporâneos brasileiros e estrangeiros que viveram os momentos. Explica Carvalho (p.

67), que o representante francês, Blondel, observou que o povo do Rio "antes surpreso que entusiasmado, não pode compreender o que se passa", assim como outras observações foram feitas sobre o assunto. Tais observações traduziam preconceitos de europeus em relação à população do país, inclusive preconceitos raciais.

A política era, na melhor das hipóteses, assunto dos estados-maiores das classes dominantes. Na pior, produto das rivalidades de chefes militares, entrando o povo apenas fortuitamente como massa de manobra. As observações não estão, distantes da frase de Aristides Lobo, segundo a qual o povo teria assistido BESTIALIZADO à proclamação da República, sem entender o que se passava. A apatia política do povo era particularmente dolorosa e frustrante para homens como Aristides Lobo e Raul Pompéia. O primeiro vinha dos tempos heróicos da propaganda. O segundo, abolicionista e republicano desde os bancos acadêmicos, fizera parte do grupo de intelectuais que saudara com entusiasmo o novo regime. Sabendo da superioridade da República sobre o antigo sistema por ser regime da soberania popular, não admitia o desinteresse do povo no título de cidadão que lhes eram oferecidos. Porém, segundo Carvalho (p. 70), essa indiferença necessita de uma busca mais aprofundada de suas raízes. Podendo então, perceber exagero na afirmação da inexistência de um povo político, pelos testemunhos levantados.

Se a proclamação da República a participação popular dói realmente arranjada de última hora e de efeito apenas mascarado, logo após as agitações se tornaram cada vez mais freqüentes e variadas, incluindo greves operárias, passeatas, quebra-quebras. Comentando a opinião do ministro Prudente de Moraes, Dionísio Cerqueira, observa: "Na verdade, no Rio de Janeiro desordens são provocadas de modo tão inesperado e por razões tão fúteis que acho sua excelência otimista demais".

Paço d'Arcos, representante português, via-se como principal vítima dos ataques jacobinos. Para ele, o Club Tiradentes, dirigido por Sampaio Ferraz, era composto de voluntários da pior espécie. Durante a Revolta da Armada, Paço d'Arcos só via nos batalhões e nos clubes republicanos a participação da canalha da ruas. Com o governo Campos Sales, houve um ligeiro recua nas agitações, mas não o desaparecimento completo. Em 1900 houve conspiração para derrubada do governo envolvendo monarquistas e lideranças republicanas insatisfeitas.

Então, do que se dizia indiferença ou inexistência de povo, passa-se ao que se afirma a presença de elementos da população politicamente ativos, mas que não se enquadram no conceito de povo que os observadores tinham em vista.

Raul Pompéia teve dificuldades para interpretar os acontecimentos. Desde a queda de Deodoro em novembro de 1891, a agitação política aumentou em vários segmentos da população. Cresceu também a oposição a Floriano Peixoto. O problema não era a ausência do povo: era povo demais. Mas era especificamente, a presença de mais de um povo, bons como: brasileiro republicano, nacionalista, florianistas; e os maus eram: o estrangeiro, particularmente portugueses, antinacionais, monarquistas, e apáticos. Contudo, nem para os estrangeiros, nem para os republicanos radicais, a população do rio passava no teste de cidadania.

No que concernia a população Fluminense entre os anos de 1890 e 1906, ficou dividida em: 1890 → 1,1% classe alta, 27,4% setores intermediários, 25,0% operariado e 46,5% de proletariado; ao passo que em 1906 a distribuição era de: 0% classe alta, 24,4% setores intermediário, 23,8% de operariado e 51,8% de proletariado. Tal classificação diferem entre si, pelo fato de que o censo de 1906 não separa banqueiros, capitalistas e proprietários como em 1890, outra divergência é que em 1906 há categorias novas como jornaleiros, profissões desconhecidas e mal definidas, classes improdutivas e os que vivem de rendas. No entanto, o que interessa é perceber a pirâmide ocupacional, que era extremamente ampla na base e afunilada no seu vértice.

Comparando-se o Rio com a Buenos Aires de 1887, vê-se que, mesmo em duas grandes cidades de países de economia exportadora, as diferenças na estrutura ocupacional eram grandes. A grande diferença de quase 20 pontos percentuais, estava na maior presença do operariado em Buenos Aires e no grande proletariado do Rio. A massa dos 50% de que chama de proletariado era constantemente alimentada pela imigração, que atingiu grandes proporções nos anos iniciais da República, derivado do reto do país quanto do exterior. Veja quadro demonstrado por Carvalho (p. 78).

Estrutura ocupacional de várias cidades (em porcentagens)

Cidade	Data	Exploração do solo	Ind.	Transp.	Com.	Fç. Publ.	Admist.	Prof.	rendas	Sev. Domes.	Total
Buenos Aires	1914	1,4	42,2	7,0	14,9	0,6	8,2	8,5	2,1	15,1	100
México	1900	18,7	33,1	1,5	13,9	3,5	7,0	4,2	1,5	16,6	100
Washington	1910	0,8	24,6	7,9	26,9	1,9	2,8	23,3	-	11,8	100
Nova Iorque	1910	0,5	40,6	7,9	25,8	0,9	1,0	16,8	-	6,5	100
Rio	1906	6,6	29,7	5,9	16,1	4,2	3,1	3,2	0,9	30,3	100
Lisboa	1911	2,9	37,1	8,2	18,9	6,3	3,0	4,2	5,9	13,5	100
Londres	1912	0,4	35,7	13,0	22,5	0,9	3,5	14,5	-	9,5	100
Paris	1911	0,2	45,3	5,9	24,6	1,5	3,6	7,6	-	11,3	100

Fonte: RECENSEAMENTO DE 1920.

As acusações de Raul Pompéia e as campanhas jacobinas contra portugueses, demonstram outro aspecto de composição demográfica da população do Rio. Trata-se da presença de estrangeiros, que de acordo com o censo de 1890 chega a 30% sendo 70% desses: portugueses. A presença estrangeira ainda era muito forte entre a classe proprietária.

Em relatório escrito em 1893 por um funcionário da legação portuguesa, afirmava que seus patrícios controlavam cerca de 70% do capital financeiro, comercial e imobiliário do Rio. O que corroborava com a importância da presença estrangeira, o que não combinava em chamá-los de apáticos.

O novo regime procurou resolver o problema. A lei da grande naturalização de 1890 declarava cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que em seis meses não manifestassem expresse desejo de manter sua cidadania original.

O censo de 1890 fornece alguns dados sobre a opção pela nacionalidade brasileira. Mas é sintomático que somente 20% dos estrangeiros tinham à época optado pela cidadania brasileira. O índice mais alto de naturalização está na categoria "outros", que é formada quase exclusivamente por africanos.

Pelo lado social e demográfico, não eram favoráveis as perspectivas para a cidadania política no Rio. De um lado, parte da população se coloca fora do mundo organizado do trabalho, de outro, grande presença de estrangeiros, também reduzia o envolvimento organizado na vida política da cidade.

Assim, é inviável considerar como definitivo os números obtidos quanto às pessoas que fizeram opção pelo Brasil. A exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação. Para a eleição da Constituinte em 1890, foram alistados 28.585 eleitores, ou seja, 28% do eleitorado potencial. As coisas não mudaram muito com o passar do tempo. Em 1910, havia no DF 25.246 eleitores, ou seja 2,7% da população calculada para este ano.

Pelo critério da participação eleitoral, pode-se dizer que de fato não havia povo político no Rio de Janeiro. Mas havia outra razão para os cidadãos não se aventurarem a exercer seus direitos "votar era perigoso", com eleições marcadas pela presença de capoeiras, contratados por candidatos para garantir os resultados. Assim, além de ser mínima a participação eleitoral. De outra forma, a ausência de participação eleitoral encontrava sua contrapartida na ausência de partidos políticos. Vários partidos operários foram organizados, mas nenhum teve vida longa. Organizações políticas não-partidárias, como os batalhões patrióticos do período florianista, eram logo desmobilizados com a passagem das necessidades que as gerara.

O Rio de Janeiro não tinha povo. O povo quando participava politicamente, o fazia fora dos canais oficiais, através de greves políticas, de arruaças e de quebra-quebras, isso ratificava o pensamento de Couty e Raul Pompéia.

Capítulo IV – Cidadãos Ativos: A revolta da Vacina (p. 91-139)

Nesse conteúdo observa-se de início, conforme estabelece Carvalho (p.91), que apenas 20% da população tinha direito à participação política eleitoral. Os cidadãos inativos pelo critério constitucional defendiam seus direitos até as últimas conseqüências.

A revolta da vacina deu-se em contexto econômico e político. Rodrigues Alves assumiu o governo vendo seu antecessor sair do Rio sob vaia popular, originada pela insatisfação por um governo de recessão econômica produzida por uma política de combate à inflação, com redução do meio circulante, pela contenção drástica dos gastos do governo e pelo aumento de impostos. No final conseguiu-se elevar o câmbio e produzir superávits orçamentários. Um industrial em crítica ao ministro da Fazenda Joaquim Murinho disse: "Murinho conseguira elevar o câmbio, mas deixara o país na miséria".

Rodrigues Alves, optou-se por um programa intensivo de obras públicas, financiado por recursos externos, que conseguiu dar início à recuperação econômica.

Em novembro de 1904, data da revolta, o trabalho de demolição de casas para abrir a avenida Central terminara e 16 dos novos edifícios estavam sendo construídos. A derrubada de cerca de 640 prédios, abria um corredor que ia da Prainha ao Passeio Público.

Pelo lado da saúde Pública, Oswaldo Cruz enfrentou, a febre amarela, adotando métodos já aplicados em Cuba. Atacou a doença por dois lados, pela extinção dos mosquitos e pelo isolamento dos doentes em hospitais, voltando-se posteriormente para a peste bubônica, que dependia de extinção de ratos e pulgas, bem como da desinfecção de casas e ruas. Tal atividade provocou rebuliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas.

Deu-se então, início a luta pela implantação da vacina obrigatória contra varíola, por uma postura municipal, a terceira epidemia no alvo de Oswaldo Cruz. Uma série de leis e decretos foram ampliando a exigência da vacinação, porém a lei não pegava. O governo julgou então necessário fazer outra lei que reintroduzisse a obrigatoriedade.

Fora do Congresso, o combate à obrigatoriedade deu-se principalmente na imprensa. Desde o final do Império, resistiam às tentativas de introduzir a obrigatoriedade. Um dos pontos mais controversos da lei dizia respeito a quem aplicaria a vacina, se médicos do governo, se médicos da escolha das pessoas. O projeto de regulamento mantinha a opção de vacinação por médico particular, mas o atestado teria de ter firma reconhecida. Por fim,

cercava de tal modo o cidadão, que não tinha como escapar. Houve reação violeta. Oswaldo Cruz foi tachado de cientista desligado das realidades do país. A revolta já ia pelas ruas. Mesmo antes do projeto vazar para a imprensa. No dia 10, um grupo de estudantes começou um arremedo de *meeting* no largo de São Francisco. O grupo desceu a rua do Ouvidor, onde o orador, Jayme Cohem, falou pregou resistência à vacina. Ao ser intimado à delegacia, houve reação popular contra a prisão. No dia 11, repetiram novamente as cenas. No dia 12, houve nova reunião de aprovação das bases da Liga, sendo seguida por confronto entre grupos operários e a polícia. O exército foi colocado de prontidão. No dia 13 o conflito generalizou-se assumindo maior violência, com tiroteio. O *Correio da Manhã* trazia um editoria que acusava o ministro da Justiça de "arruaceiro contumaz", "desordeiro habitual, e ainda com insinuações ao presidente da república "desmoralizador da República".

Com as notícias dos acontecimentos, os jornais traziam também as primeira informações sobre o levante da Escola Militar da Praia Vermelha. O governo concentrou tropas do Exército, Marinha, Brigada e Bombeiros no Catete e mandou um contingente enfrentar a escola.

No dia 16, foi decretado estado de sitio. As atenções foram dominadas pelo espectro de Porto Artur, nome dado ao que O *Paiz* chamou de "último reduto do anarquismo". Tropas da Marinha desembarcou perto do Moinho Inglês e tomou uma primeira trincheira. No dia 18 a cidade voltava ao normal. Como ato final, no dia 23, a polícia fez grande batida no morro da Favela e conseguir um agrupamento de mais de 700 presos.

Com referência a identidade dos revoltosos, havia uma incoerência, apenas os líderes eram processados, o restante dos presos eram colocados em navio e desterrados para algum ponto remoto. Nem mesmo passavam pela Casa de Detenção, onde teriam ficado registrado seus dados pessoais.

Em 1904, dentre os civis, apenas quatro foram processados — A. Varela, Vicente de Souza, Pinto de Andrade e Arthur Rodrigues. Dos outros 945 presos, uns foram soltos, outros deportados sem processo. O Jornal *O Paiz* hesita um pouco na caracterização dos rebeldes. Começado o conflito, predominam os termos mazorqueiros, desordeiros, arruaceiros, desocupados. Logo após o frustrado levante militar, refere-se a povo, populares, operários e "pobre gente explorada", exceto o pessoal da Saúde, que seria composto de facínoras disfarçados de marítimos.

Rui Barbosa citado por Carvalho (p. 115), não ficou muito distante desta versão. A reação contra a vacina era justa, dizia, mas fora deturpada, resultando em "bodas adulterinas da

arruaça com o pronunciamento". A revolta segundo ele, fora obra da "matula desenfreada" e dos ignorantes e ignorantes explorados pelos astutos.

Vicente de Souza, preocupado em eximir-se de qualquer responsabilidade, expõe sua versão, afirmando em sua defesa, que a reação à vacina foi iniciativa popular irresistível que ninguém poderia nem impelir nem deter.

Com referência ao resultado da revolta, pode-se vislumbrar pelos gráficos: Os operários são 70,6% dos feridos e 85,7% dos mortos para os quais existe informações de ocupação; os estrangeiros são 27,5% dos feridos e 31,8% dos mortos. A presença significativa de operários entre as vítimas é coerente com o que foi visto na descrição da revolta.

Um pouco mais de luz sobre este ponto pode ser obtido através do exame do comportamento operário no ano que precedeu a revolta. Em maio o chefe de polícia calculou uma mobilização de 20 mil pessoas no primeiro grande desfile operário. Em agosto houve o primeiro ensaio de greve geral na história da cidade. A vila operária Casas do Saneamento foi cercada e 40 operários foram presos. Cocheiros e canteiros atracaram carroças dos que insistiam em trabalhar. Algumas fábricas foram ameaçadas com dinamite se não fechassem.

Aguçou-se o conflito entre o Centro e a Federação das Associações de Classe. O centro tinha laços estreitos com políticos e sempre recorria à mediação política. O principal esforço de mobilização foi feito pelo Centro, que organizou as petições, a Liga contra a Vacina Obrigatória e os comícios. O Partido Socialista Coletivista fundado em 1902 não dera em nada. Seriam-no os operários do Estado, marítimos e setores moderados em geral.

Os artesãos e têxteis também apoiaram o movimento. A composição da multidão variou de acordo com o desenrolar da revolta. No Rio de 1904, semelhante em tamanho a uma cidade de Paris do século XIX, o setor popular era em parte já mais moderno devido à presença das grandes fábricas, mas não tinha a tradição de organização e luta dos artesãos. Mas tinha, por outro lado, um setor operário estatal forte e uma enorme população de subempregados, resultado em maior fragmentação do setor popular.

Não havendo documentos escritos que permita deduzir as razões dos revoltosos, Carvalho (p.126) recorre à linguagem da própria revolta. O apelo à regeneração da República era por demais abstrato para arrastar a multidão à rua. Uma das explicações afirma que a vacina foi apenas pretexto. A revolta de 1904 teria sido de natureza essencialmente econômica. Suas verdadeiras origens estariam na indiferença do governo em relação aos sofrimentos da população. Outra explicação atribui a razão da revolta à reforma urbana. Mas a reforma não aparece como objeto da ira popular. A explicação mais óbvia é, que o motivo da revolta fora a obrigatoriedade da vacina. Há evidências da grande irritação popular com a atuação do

governos na área da saúde pública. Mas o que talvez mais tenha atingido a população foi o tom moralista emprestado à campanha, já visível no discurso de Vicente de Souza. A expressão "messalina" usada por ele na reunião do Centro deve ter tido efeito devastador. Mais ainda, a propaganda enveredou por uma autêntica escalada erótico-anatômica à brasileira.

Parece-nos que o motivo da dimensão e profundidade da Revolta da Vacina está exatamente no aspecto que a caracterizava — a justificação moral, pois a revolta em contrate, fundamentou-se primariamente em razões ideológicas e morais.

A referência à República é significativa. Estava sendo violado um direito que o sistema republicano deveria resguardar. Aparecia aí a sensação generalizada, entre parte da elite e entre o povo, de que o regime republicano não abria espaço para a manifestação da opinião pública, não fornecia canais de participação legítima. Entendendo, portanto, a reação à obrigatoriedade explicativa para a revolta.

Capítulo V – Bestializados ou Bilontras?

Mais uma vez, Carvalho cita Aristides Lobo "O povo assistiu bestializado à proclamação da República". Havia algo no comportamento popular que não encaixava no modelo e na expectativa dos reformistas, tanto da elite quanto da classe operária, que tinham em comum a idéia do cidadão ativo, conscientes dos seus direitos e deveres. Não conseguiam o alcance dos objetivos, ou seja, cidadãos de fato não existiam no Rio. A elite não chegava a acordo para o relacionamento do cidadão com o Estado; fracassaram na tentativa de mobilizações e organizações populares; fracassaram os partidos operários etc. Por outro lado, estes cidadãos inativos revelavam-se de grande iniciativa e decisão em assuntos, em ocasiões, em métodos que os reformistas julgavam equivocados. Exemplo disso eram a mobilização popular para as festas, que ainda hoje são mantidas, embora algumas já não tenham a mesma força de outrora: Festa da Penha, festa da Glória, festa do entrudo, Carnaval, etc.

Mesmos as associações modernas mantinham ainda o aspecto de grupo primário e assistencial. O ponto era mais visível nas associações operárias. Era grande o número de associações operárias de assistência mútuas.

Em termos de ação política popular, como já foi dito, passavam por fora dos canais previstos pela legislação. Era reação de consumidores de serviços públicos, na maioria das vezes. Era reação a medidas do governo antes que tentativa de influir na orientação da política pública. A revolta da Vacina, mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado da ação popular. De modo geral, não eram colocadas demandas mas estabelecidos limites. Não se

negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões do governo; defendiam-se valores e direitos considerados acima da esfera de intervenção do Estado.

Permanece o fato de que entre as reivindicações não se colocava a de participação nas decisões, a de ser ouvido ou representado. O Estado aparece como algo a que se recorre, como algo necessário e útil, mas que permanece fora do controle, externo ao cidadão. A nova legitimidade baseava-se na associação de interesses dos burgueses, que com isso se tornavam cidadãos. O novo cidadão era admitido em termos estritamente individuais. Surgia literalmente uma nova sociedade baseada na associação livre de produtores.

Vários pensadores brasileiros da época já tinham abordado o tema das diferenças entre a cultura anglo-saxônica e a cultura ibérica em termos, muito se aproximam das abordagens modernas, inclusive a de Morse. Alberto Sales dizia, que o brasileiro era muito sociável mas pouco solidário. Sua sociabilidade e extroversão davam-se nas relações pessoais e nos pequenos grupos. Alberto Sales e Silvio Romero elaboraram uma posição que era a de quase todos os pensadores representantes do liberalismo burguês no país. Todos reclamavam da falta entre todos do espírito de iniciativa, do espírito de associação, do espírito empresarial burguês.

Em oposição a esta visão burguesa e individualista do mundo, surge o ensaio de Annibal Falcão intitulado *Fórmula da Civilização Brasileira*, que tentava diagnosticar em termos culturais a problemática nacional. A discussão sobre os vários conceitos de cidadania, segundo Carvalho (p. 151) esbarra-se em uma dicotomia. De um lado, a visão liberal, individualista, de outro, as visões positivistas e rousseauiana, integrativas, comunitárias. Na prática política, verifica-se na população a ausência da ética individualista associativa.

O rio não era uma cidade antiga. Por um lado embebera-se de cultura cristã medieval, por outro, esta cultura já se vira parcialmente abalada pelo processo de colonização.

As formas de entrosamento da ordem com a desordem iam além do simples uso de capoeira em eleições, era também utilizada em caráter de justiça privada. A própria polícia fazia uso deles como agentes provocadores ou informantes. O que acontecia na capoeiragem, a convivência de classes distintas, era o que se dava tradicionalmente nas irmandades religiosas e nas organizações de auxílio mútuo. Em 1891, Artur Azevedo pintaria um retrato primoroso da já então capital da República em sua revista *O Tribofe*.

Havia consciência clara de que o real se escondia sob o formal. Os que se guiavam pelas aparências do formal estavam fora da realidade, eram ingênuos.

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação.

REFERÊNCIA

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.